

**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
GUAIPOREMA**  
*Estado do Paraná*  
Rua Parã, 86 - Teléfix: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210  
CEP 87810-000 - CNPJ/PMF 75.378.844/0001-70  
e-mail: pmguaiporema@uol.com.br

LEI MUNICIPAL N.º 1177/2025

**EMENTA:** AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESAFETAR BEM PÚBLICO DE USO COMUM DO POVO, DENOMINADA "PRAÇA F" E A ÁREA DENOMINADA "REPARTIÇÃO PÚBLICA" PARA SEREM DECLARADAS DE USO DOMINICAL, NA FORMA DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Guaiporema APROVOU e Eu, GILBERTO CASTIGLIONI, Prefeito Municipal de Guaiporema - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica, em razão do interesse público, desafetado o bem público de Uso Comum do Povo denominada "PRAÇA F", da matrícula nº 35.840, medindo área de 4.800,00 m², com as seguintes divisas e confrontações: "TESTADA NORTE", confrontando com parte do Lote 08 do Quadra 46 na distância de 20,00 m, confrontando com parte do Lote 14 da Quadra 47 na distância de 20,00 m, confrontando com a Rua Piauí na distância de 20,00 m; "TESTADA LESTE", confrontando com o Lote 12 da Quadra 47 na distância de 30,00 m, confrontando com o Lote "República Pública" da Quadra 58 na distância de 30,00 m, confrontando com a Rua Francisco Urbano da Silva na distância de 20,00 m; "TESTADA SUL", confrontando com parte do Lote 13 da Quadra 58 na distância de 20,00 m, confrontando com parte do Lote 06 da Quadra 57 na distância de 20,00 m, confrontando com a Rua Piauí na distância de 20,00 m; e "TESTADA OESTE", confrontando com o Lote 04 da Quadra 57 na distância de 30,00 m, confrontando com o Lote 10 da Quadra 46 na distância de 30,00 m, confrontando com a Rua Francisco Urbano da Silva na distância de 20,00 m, conforme memorial descritivo, mapa anexo e matrícula, que fazem parte integrantes desta Lei.

Art. 2.º Fica, em razão do interesse público, desafetado o bem público denominado "REPARTIÇÃO PÚBLICA", da matrícula nº 35.839, medindo área de 2.400,00 m², da QUADRA nº 58 da planta oficial da cidade de Guaiporema, nesta comarca de Cidade Guaiçua-Pr, com as seguintes divisas e confrontações: Com uma distância de 30,00 metros com a Rua Francisco Urbano da Silva, Lado Direito; com uma distância de 30,00 m, confrontando com a Rua Ceará; Lado Esquerdo; com uma distância de 30,00 m, confrontando com a Praça "F"; e, Fimado; com uma distância de 70,2 m, confrontando com o Lote B, e com uma distância de 8,00 m, confrontando com parte do Lote "C", conforme memorial descritivo, mapa anexo e matrícula, que fazem parte integrantes desta Lei.

Art. 3.º As áreas desafetadas do Bem Comum denominada "PRAÇA F" da matrícula nº 35.840 com área de 4.800,00 m² que trata o art. 1.º desta Lei, bem como, a área denominada "REPARTIÇÃO PÚBLICA" da matrícula nº 35.839, com área de 2.400,00 m², que trata o art. 2.º desta Lei, consequentemente passarão a serem declaradas bens de Uso Domínical.

Art. 4.º Fica incorporado ao Patrimônio do Município de Guaiporema - Estado do Paraná, os bens declarados que passaro a serem de Uso Domínical, descritos nos artigos 1.º e 2.º desta Lei.

Art. 5.º O Município de Guaiporema - Estado do Paraná deverá efetuar no Cartório de Registro de Imóveis todos os trâmites necessários, a fim de averbar a área desafetada e competente registro dos lotes urbanos ora criados.

Art. 6.º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento do Município de Guaiporema- Estado do Paraná.

Art. 7.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Guaiporema - Estado do Paraná, 11 de novembro de 2025.

**GILBERTO CASTIGLIONI**  
Prefeito Municipal

Art. 11.º O Benefício - Auxílio Cesta Básica poderá ser concedido ao Beneficiário (a) de baixa renda e que preencher no mínimo 02 (dois) dos requisitos abaixo descritos e abrangirá o fornecimento de cesta básica através do comércio local ou de programas das esferas governamentais.

Requisitos:

I - Beneficiário (a) incluso no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Estadual e Municipal;

II - Beneficiário (a) residente no município de Guaiporema;

III - Beneficiário (a) em situação de vulnerabilidade;

IV - Beneficiário (a) indigente;

V - Beneficiário (a) atingido por calamidade pública;

VI - Beneficiário (a) que reside sororinho e/ou sem renda suficiente para sua subsistência;

VII - Beneficiário (a) que por morte ou abandono do provedor do sustento familiar não possui condições financeiras para a subsistência;

X - Recursos disponíveis na LOA.

Art. 12.º O Benefício de documentação/fotos poderá ser concedido ao beneficiário (a) de baixa renda e que preencher no mínimo 02 (dois) dos requisitos abaixo descritos e abrangará os seguintes documentos: 2" via de Certidão de Nascimento, Casamento e Óbito.

Requisitos:

I - Beneficiário (a) incluso no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Estadual e Municipal;

II - Beneficiário (a) residente no município de Guaiporema;

III - Beneficiário (a) em situação de vulnerabilidade;

IV - Beneficiário (a) indigente;

V - Beneficiário (a) atingido por calamidade pública;

VI - Beneficiário (a) que reside sororinho e/ou sem renda suficiente para sua subsistência;

VII - Beneficiário (a) que por morte ou abandono do provedor do sustento do grupo familiar não possui condições de subsistência;

X - Recursos disponíveis na LOA.

V- BENEFÍCIO:  
AUXÍLIO DOCUMENTAÇÃO/FOTOS:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
GUAIPOREMA**  
*Estado do Paraná*  
Rua Parã, 86 - Teléfix: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210  
CEP 87810-000 - CNPJ/PMF 75.378.844/0001-70  
e-mail: pmguaiporema@uol.com.br

LEI MUNICIPAL N.º 1176/2025.

SÚMULA: Dispõe sobre a Reformulação dos Benefícios da Política Pública de Assistência Social, no âmbito do Município de Guaiporema - PR e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Guaiporema APROVOU e Eu, Gilberto Castiglioni, Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica reformulada o atual Município o Programa de Atendimento à População Usuária da Política de Assistência Social com o consenso dos Benefícios Eventuais, atendendo ao disposto no parágrafo 2.º do Lei nº 8.742 de 17/12/1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e demais legislações pertinentes.

Art. 2.º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os benefícios sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas das pessoas para que possam viver com dignidade.

Art. 3.º A gestão da política de assistência social no município de Guaiporema/PR será executada através do CRAS e desenvolvida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que atuará de forma articulada com as esferas federal e estadual, observadas as normas gerais do SUAS, cabendo-lhe coordenar e executar os serviços, programas, projetos, benefícios socioeconômicos em seu âmbito.

Art. 4.º Os Benefícios integrantes do Programa de Atendimento à População Usuária da Política de Assistência Social do município de Guaiporema- PR, tem por finalidade desenvolver diretamente ou através de convênios ou contratação de ações embasadas nos princípios e diretrizes estabelecidas na Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS, com o objetivo de garantir os mínimos sociais à população por meio de ações prioritárias, preventivas de proteção, inserção, promoção, amparo que visem a redução da exclusão social e qualidade de vida do cidadão; articular parcerias com ONGs e OSCS, implementar outros Programas e Projetos que atendam crianças e adolescentes, pessoas e famílias em condições de vulnerabilidade, gestantes, idosos, pessoas com deficiência, acometidas por doença, buscando melhores condições que ofereçam a melhoria socioeconômica das pessoas e das famílias; capacitar os servidores que atuam e trabalham com e nos Redes de Assistência Social, observando o trabalho social com famílias em condições de vulnerabilidade, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos, e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida, prevenindo o desenvolvimento de potencialidades e agravos das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

Art. 5.º A Política de Assistência Social do Município de Guaiporema / PR, de que trata a presente lei contemplará os seguintes benefícios:

**I - Benefício - Auxílio Natalidade;**  
**II - Benefício - Auxílio Funeral e Translado;**  
**III - Benefício - Auxílio Transporte;**  
**IV - Benefício - Auxílio Cesta Básica;**  
**V - Benefício - Auxílio Documentação/fotos;**  
**VI - Benefício - Auxílio Gás;**  
**VII - Benefício - Auxílio Pagamento fatura de Água e Energia Elétrica;**  
**IX - Benefício - Auxílio Perfuração e Esvaziamento de Fossa Sêptica;**  
**IX - Benefício - Auxílio Pagamento de Aluguel Social.**

Art. 6.º Poderão receber os benefícios estabelecidos nesta lei, as pessoas e famílias que preencherem no mínimo 02 (dois) dos requisitos estabelecidos nos respectivos benefícios.

Parágrafo Único. O benefício pretendido deverá ser solicitado pelo interessado legitimado junto ao CRAS - Centro de Referência Social, sob coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Guaiporema/PR.

Art. 7.º Os benefícios concedidos nos termos desta lei, deverá atender as necessidades básicas das pessoas e/ou famílias, em respeito ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, respeitando a respectiva dotação orçamentária e disponibilidade financeira do município.

Parágrafo primeiro: Os benefícios contemplados na presente lei poderão ser concedidos cumulativamente nos casos de necessidade.

**I - BENEFÍCIO:  
AUXÍLIO NATALIDADE:**

Art. 8.º O Benefício - Auxílio Natalidade poderá ser concedido à Gestante e/ou Adotante que preencher os 02 (dois) requisitos abaixo descritos e abrangará o doação de leite humano de exsual de bebê, no valor máximo de meio salário mínimo vigente.

Requisitos:

I - Beneficiário (a) gestante e/ou adotante residente no município de Guaiporema/PR;

II - Beneficiário (a) gestante e/ou adotante deve frequentar e/ou estar cadastrada (a) no Programa de Gestantes de UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS) do Município de Guaiporema/PR;

III - O adotado (a) deverá estar com as vacinas obrigatórias atualizadas e estar cadastrado (a) na UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS) do Município de Guaiporema/PR.

**IV - Recursos disponíveis na LOA.**

**II - BENEFÍCIO:  
AUXÍLIO FUNERAL E TRANSLADO:**

Art. 9.º O Benefício - Auxílio Funeral e Translado, poderá ser concedido ao beneficiário (vivo) (a) ou ao dependente do falecido (a) com renda familiar de baixa renda e que preencher no mínimo 02 (dois) dos requisitos abaixo descritos e abrangará a preparação do corpo; uma padão para sepultamento e translado de corpos e cinzas no âmbito municipal, intermunicipal e interestadual.

Requisitos:

I - Beneficiário (a) incluso no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Estadual e Municipal;

II - Beneficiário (a) residente no município de Guaiporema/PR;

III - Beneficiário (a) em situação de vulnerabilidade;

IV - Beneficiário (a) indigente;

V - Beneficiário (a) atingido por calamidade pública;

VI - Beneficiário (a) desempregado ou acometido por doença que o impeça de trabalhar;

VII - Beneficiário (a) que reside sororinho e/ou sem renda suficiente para sua subsistência;

VIII - Beneficiário (a) com filho em idade escolar, matriculados na rede municipal de ensino;

IX - Beneficiário (a) que por morte ou abandono do provedor do sustento familiar não possui condições financeiras para a subsistência;

X - Recursos disponíveis na LOA.

**III - BENEFÍCIO:  
AUXÍLIO TRANSPORTE:**

Art. 10.º Benefício - Auxílio transporte poderá ser concedido ao beneficiário (a) de baixa renda e que preencher no mínimo 02 (dois) dos requisitos abaixo descritos e abrangará o fornecimento de passagem de ônibus, no âmbito municipal, intermunicipal e interestadual; transporte de mudança no âmbito municipal com veículos de propriedade do município, sendo os demais casos submetidos a análise de gestão do gestor.

Requisitos:

I - Beneficiário (a) incluso no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Estadual e Municipal;

II - Beneficiário (a) residente ou que venha a residir no município de Guaiporema/PR;

III - Beneficiário (a) em situação de vulnerabilidade;

IV - Beneficiário (a) indigente;

V - Beneficiário (a) atingido por calamidade pública;

**VI - Beneficiário (a) desempregado ou acometido por doença que o impeça de trabalhar;**  
**VII - Beneficiário (a) que reside sororinho, sem renda suficiente para sua subsistência;**  
**VIII - Beneficiário (a) com filho em idade escolar, matriculados na rede municipal de ensino;**  
**IX - Beneficiário (a) que por morte ou abandono do provedor do sustento familiar não possui condições financeiras para a subsistência;**  
**X - Recursos disponíveis na LOA.**

**IV - BENEFÍCIO:  
AUXÍLIO CESTA BÁSICA:**

Art. 11.º O Benefício - Auxílio Cesta Básica poderá ser concedido ao Beneficiário (a) de baixa renda e que preencher no mínimo 02 (dois) dos requisitos abaixo descritos e abrangará o fornecimento de cesta básica através do comércio local ou de programas das esferas governamentais.

Requisitos:

I - Beneficiário (a) incluso no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Estadual e Municipal;

II - Beneficiário (a) residente no município de Guaiporema;

III - Beneficiário (a) em situação de vulnerabilidade;

IV - Beneficiário (a) indigente;

V - Beneficiário (a) atingido por calamidade pública;

VI - Beneficiário (a) que reside sororinho e/ou sem renda suficiente para sua subsistência;

VII - Beneficiário (a) que por morte ou abandono do provedor do sustento do grupo familiar não possui condições de subsistência;

X - Recursos disponíveis na LOA.

**V- BENEFÍCIO:  
AUXÍLIO DOCUMENTAÇÃO/FOTOS:**

Art. 12.º O Benefício de documentação/fotos poderá ser concedido ao beneficiário (a) de baixa renda e que preencher no mínimo 02 (dois) dos requisitos abaixo descritos e abrangará os seguintes documentos: 2" via de Certidão de Nascimento, Casamento e Óbito.

Requisitos:

I - Beneficiário (a) incluso no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Estadual e Municipal;

II - Beneficiário (a) residente no município de Guaiporema;

III - Beneficiário (a) em situação de vulnerabilidade;

IV - Beneficiário (a) indigente;

V - Beneficiário (a) atingido por calamidade pública;

VI - Beneficiário (a) que reside sororinho e/ou sem renda suficiente para sua subsistência;

VII - Beneficiário (a) que por morte ou abandono do provedor do sustento do grupo familiar não possui condições de subsistência;

X - Recursos disponíveis na LOA.

**VII - BENEFÍCIO:  
AUXÍLIO PAGAMENTO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA.**

Art. 14.º O Benefício Pagamento da fatura de água e energia poderá ser concedido ao beneficiário (a) de baixa renda e que preencher no mínimo 02 (dois) dos requisitos abaixo descritos e abrangará o pagamento da fatura de energia elétrica e água, em energia elétrica ou de água.

Requisitos:

I - Beneficiário (a) incluso no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Estadual e Municipal;

II - Beneficiário (a) residente no município de Guaiporema;

III - Beneficiário (a) em situação de vulnerabilidade;

IV - Beneficiário (a) indigente;

V - Beneficiário (a) atingido por calamidade pública;

VI - Beneficiário (a) desempregado ou acometido por doença que o impeça de trabalhar;

VII - Beneficiário (a) que reside sororinho e/ou sem renda suficiente para sua subsistência;

VIII - Beneficiário (a) com filho em idade escolar, matriculados na rede municipal de educação;

IX - Beneficiário (a) que por morte ou abandono do provedor do sustento do grupo familiar não possui condições de subsistência;

X - Recursos disponíveis na LOA.

**I - Beneficiário (a) incluso no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Estadual e Municipal;**  
**II - Beneficiário (a) residente no município de Guaiporema;**  
**III - Beneficiário (a) em situação de vulnerabilidade;**  
**IV - Beneficiário (a) indigente;**  
**V - Beneficiário (a) atingido por calamidade pública;**  
**VI - Beneficiário (a) desempregado ou acometido por doença que o impeça de trabalhar;**  
**VII - Beneficiário (a) que reside sororinho, sem renda suficiente para sua subsistência;**  
**VIII - Beneficiário (a) com filho em idade escolar, matriculados na rede municipal de educação;**  
**IX - Beneficiário (a) que por morte ou abandono do provedor do sustento do grupo familiar não possui condições de subsistência;**  
**X - Recursos disponíveis na LOA.**

**VIII - BENEFÍCIO:  
AUXÍLIO PERFURAÇÃO E ESVAZIAMENTO DE FOSSA SÉPTICA.**

Art. 15.º O Benefício para a perfuração e esvaziamento de fossa séptica poderá ser concedido ao beneficiário (a) de baixa renda e que preencher 02 (dois) dos requisitos abaixo descritos, e abrangará o pagamento para perfuração, esvaziamento com câmbula longa fosa de propriedade do município, ou na falta desse, será efetuado o pagamento para o esvaziamento da fossa séptica; tempo, encanamento e revestimento com tijolo.

Requisitos:

I - Beneficiário (a) incluso no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Estadual e Municipal;

II - Beneficiário (a) residente no município de Guaiporema;

III - Beneficiário (a) em situação de vulnerabilidade;

IV - Beneficiário (a) indigente;

V - Beneficiário (a) atingido por calamidade pública;

VI - Beneficiário (a) desempregado ou acometido por doença que o impeça de trabalhar;

VII - Beneficiário (a) que reside sororinho, sem renda suficiente para sua subsistência;

VIII - Beneficiário (a) com filho em idade escolar, matriculados na rede municipal de educação;

IX - Beneficiário (a) que por morte ou abandono do provedor do sustento do grupo familiar não possui condições de subsistência;

X - Recursos disponíveis na LOA.

**IX - BENEFÍCIO:  
AUXÍLIO PAGAMENTO DE ALUGUEL SOCIAL.**

Requisitos:

I - Beneficiário (a) incluso no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Estadual e Municipal;

II - Beneficiário (a) residente no município de Guaiporema/PR;

III - Beneficiário (a) em situação de vulnerabilidade;

IV - Beneficiário (a) indigente;

V - Beneficiário (a) atingido por calamidade pública;

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei Municipal nº. 779/2016.

Edifício da Prefeitura Municipal da Cidade de Guaiporema - Estado do Paraná, aos onze dias do mês de novembro de dois mil e cinco (11/11/2025).

**GILBERTO CASTIGLIONI**  
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
GUAIPOREMA**  
*Estado do Paraná*  
Rua Parã, 86 - Teléfix: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210  
CEP 87810-000 - CNPJ/PMF 75.378.844/0001-70  
e-mail: pmguaiporema@uol.com.br

LEI MUNICIPAL Nº 1178/2025:

EMENTA: Autoriza a aquisição de imóvel urbano destinado à construção de uma nova sede da Câmara Municipal de Guaiporema e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Guaiporema - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, apresentou o presente Projeto e o Plano Arrolado em nome do Sr. Gilberto Castiglioni, na qualidade de Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica a Câmara Municipal de Guaiporema autorizada a adquirir, com recursos próprios consignados em seu orçamento, o imóvel urbano situado na Avenida Padre Euclides Felizardo, neste Município, registrado sob a Matrícula nº 13.541 do Serviço de Registro de Imóveis do Município de Guaiporema, PR, e suas dependências, pertencente ao Sr. FRANCISCO DONIZETE PECINATO e CLAUDIA REGINA RECHE DO PECINATO, destinado à construção da nova sede do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2.º A aquisição do imóvel será realizada mediante processo administrativo de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, devidamente instruído com avaliação prévia e justificativa de preço.

Art. 3.º O pagamento do preço será efetuado diretamente pela Câmara Municipal de Guaiporema aos proprietários do imóvel, conforme cronograma e condições estabelecidas no respectivo contrato administrativo.

Art. 4.º A formalização da aquisição, por meio de escritura pública de compra e venda, será lavrada em nome da Câmara Municipal de Guaiporema, mediante a apresentação do titular do patrimônio municipal, competindo ao Chefe do Poder Executivo Municipal a assinatura do instrumento de compra e venda, em nome do Sr. Gilberto Castiglioni, na qualidade de Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 5.º O imóvel adquirido integrará o patrimônio do Município, ficando, de modo vitalício, sob a posse, uso e administração da Câmara Municipal de Guaiporema, acumulando-se para fins de registro e funcionamento de sua sede administrativa e plenária.

Art. 6.º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Guaiporema, constante da Lei Orgânica Anual vigente, com observância das normas de execução orçamentária e financeira.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
GUAIPOREMA**  
*Estado do Paraná*  
Rua Parã, 86 - Teléfix: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210  
CEP 87810-000 - CNPJ/PMF 75.378.844/0001-70  
e-mail: pmguaiporema@uol.com.br

LEI MUNICIPAL Nº 1178/2025:

EMENTA: Autoriza a aquisição de imóvel urbano destinado à construção de uma nova sede da Câmara Municipal de Guaiporema e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Guaiporema - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, apresentou o presente Projeto e o Plano Arrolado em nome do Sr. Gilberto Castiglioni, na qualidade de Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica a Câmara Municipal de Guaiporema autorizada a adquirir, com recursos próprios consignados em seu orçamento, o imóvel urbano situado na Avenida Padre Euclides Felizardo, neste Município, registrado sob a Matrícula nº 13.541 do Serviço de Registro de Imóveis do Município de Guaiporema, PR, e suas dependências, pertencente ao Sr. FRANCISCO DONIZETE PECINATO e CLAUDIA REGINA RECHE DO PECINATO, destinado à construção da nova sede do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2.º A aquisição do imóvel será realizada mediante processo administrativo de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, devidamente instruído com avaliação prévia e justificativa de preço.

Art. 3.º O pagamento do preço será efetuado diretamente pela Câmara Municipal de Guaiporema aos proprietários do imóvel, conforme cronograma e condições estabelecidas no respectivo contrato administrativo.

Art. 4.º A formalização da aquisição, por meio de escritura pública de compra e venda, será lavrada em nome da Câmara Municipal de Guaiporema, mediante a apresentação do titular do patrimônio municipal, competindo ao Chefe do Poder Executivo Municipal a assinatura do instrumento de compra e venda, em nome do Sr. Gilberto Castiglioni, na qualidade de Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 5.º O imóvel adquirido integrará o patrimônio do Município, ficando, de modo vitalício, sob a posse, uso e administração da Câmara Municipal de Guaiporema, acumulando-se para fins de registro e funcionamento de sua sede administrativa e plenária.

Art. 6.º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Guaiporema, constante da Lei Orgânica Anual vigente, com observância das normas de execução orçamentária e financeira.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
GUAIPOREMA**  
*Estado do Paraná*  
Rua Parã, 86 - Teléfix: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210  
CEP 87810-000 - CNPJ/PMF 75.378.844/0001-70  
e-mail: pmguaiporema@uol.com.br

LEI MUNICIPAL Nº 1178/2025:

EMENTA: Autoriza a aquisição de imóvel urbano destinado à construção de uma nova sede da Câmara Municipal de Guaiporema e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Guaiporema - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, apresentou o presente Projeto e o Plano Arrolado em nome do Sr. Gilberto Castiglioni, na qualidade de Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica a Câmara Municipal de Guaiporema autorizada a adquirir, com recursos próprios consignados em seu orçamento, o imóvel urbano situado na Avenida Padre Euclides Felizardo, neste Município, registrado sob a Matrícula nº 13.541 do Serviço de Registro de Imóveis do Município de Guaiporema, PR, e suas dependências, pertencente ao Sr. FRANCISCO DONIZETE PECINATO e CLAUDIA REGINA RECHE DO PECINATO, destinado à construção da nova sede do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2.º A aquisição do imóvel será realizada mediante processo administrativo de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, devidamente instruído com avaliação prévia e justificativa de preço.

Art. 3.º O pagamento do preço será efetuado diretamente pela Câmara Municipal de Guaiporema aos proprietários do imóvel, conforme cronograma e condições estabelecidas no respectivo contrato administrativo.

Art. 4.º A formalização da aquisição, por meio de escritura pública de compra e venda, será lavrada em nome da Câmara Municipal de Guaiporema, mediante a apresentação do titular do patrimônio municipal, competindo ao Chefe do Poder Executivo Municipal a assinatura do instrumento de compra e venda, em nome do Sr. Gilberto Castiglioni, na qualidade de Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 5.º O imóvel adquirido integrará o patrimônio do Município, ficando, de modo vitalício, sob a posse, uso e administração da Câmara Municipal de Guaiporema, acumulando-se para fins de registro e funcionamento de sua sede administrativa e plenária.

Art. 6.º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Guaiporema, constante da Lei Orgânica Anual vigente, com observância das normas de execução orçamentária e financeira.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
GUAIPOREMA**  
*Estado do Paraná*  
Rua Parã, 86 - Teléfix: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210  
CEP 87810-000 - CNPJ/PMF 75.378.844/0001-70  
e-mail: pmguaiporema@uol.com.br

Decreto nº 3612/2025

EMENTA: Dispõe a nomeação dos integrantes do Conselho Municipal de Assistência Social para o biênio de 11/11/2025 a 12/11/2028 e, dá outras providências.

Preliminar: Eu, Gilberto Castiglioni, Prefeito Municipal de Guaiporema - Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, especialmente com embaçamento na Lei 423/2009.

Determino:

Art. 1.º - Pelo presente ato, divulga de relação pessoas indicadas pelas instituições governamentais e não governamentais, para integrarem o Conselho Municipal de Assistência Social, sem qualquer espécie de ônus ao município.

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

Representante Administração Municipal:  
Titular: Claudineir Alves da Silva  
Suplente: Lindalva Alves da Silva

Representante Prefeitura Secretaria de Educação:  
Titular: Marli da Silva Lima  
Suplente: Priscila Gisele David da Silva

Representante Secretaria de Assistência Social:  
Titular: Inaci Ferreira  
Suplente: Anete Aparecida Piazzi

Representante CRAS/ Inhabilitados:  
Titular: Cristiane B. Zelin Silva  
Suplente: Sussane Ferreira Costa

Representante Departamento de Saúde:  
Titular: Luana Martins Santos  
Suplente: Roseneide Aparecida Rech Cardoso

REPRESENTANTE NÃO GOVERNAMENTAL:

Representante APME:  
Titular: Maria Assunção Costa  
Suplente: Andréia Maciel

**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
GUAIPOREMA**  
*Estado do Paraná*  
Rua Parã, 86 - Teléfix: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210  
CEP 87810-000 - CNPJ/PMF 75.378.844/0001-70  
e-mail: pmguaiporema@uol.com.br

LEI MUNICIPAL Nº 1178/2025:

EMENTA: Autoriza a aquisição de imóvel urbano destinado à construção de uma nova sede da Câmara Municipal de Guaiporema e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Guaiporema - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, apresentou o presente Projeto e o Plano Arrolado em nome do Sr. Gilberto Castiglioni, na qualidade de Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica a Câmara Municipal de Guaiporema autorizada a adquirir, com recursos próprios consignados em seu orçamento, o imóvel urbano situado na Avenida Padre Euclides Felizardo, neste Município, registrado sob a Matrícula nº 13.541 do Serviço de Registro de Imóveis do Município de Guaiporema, PR, e suas dependências, pertencente ao Sr. FRANCISCO DONIZETE PECINATO e CLAUDIA REGINA RECHE DO PECINATO, destinado à construção da nova sede do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2.º A aquisição do imóvel será realizada mediante processo administrativo de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, devidamente instruído com avaliação prévia e justificativa de preço.

Art. 3.º O pagamento do preço será efetuado diretamente pela Câmara Municipal de Guaiporema aos proprietários do imóvel, conforme cronograma e condições estabelecidas no respectivo contrato administrativo.

Art. 4.º A formalização da aquisição, por meio de escritura pública de compra e venda, será lavrada em nome da Câmara Municipal de Guaiporema, mediante a apresentação do titular do patrimônio municipal, competindo ao Chefe do Poder Executivo Municipal a assinatura do instrumento de compra e venda, em nome do Sr. Gilberto Castiglioni, na qualidade de Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 5.º O imóvel adquirido integrará o patrimônio do Município, ficando, de modo vitalício, sob a posse, uso e administração da Câmara Municipal de Guaiporema, acumulando-se para fins de registro e funcionamento de sua sede administrativa e plenária.

Art. 6.º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Guaiporema, constante da Lei Orgânica Anual vigente, com observância das normas de execução orçamentária e financeira.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
GUAIPOREMA**  
*Estado do Paraná*  
Rua Parã, 86 - Teléfix: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210  
CEP 87810-000 - CNPJ/PMF 75.378.844/0001-70  
e-mail: pmguaiporema@uol.com.br

LEI MUNICIPAL Nº 1178/2025:

EMENTA: Autoriza a aquisição de imóvel urbano destinado à construção de uma nova sede da Câmara Municipal de Guaiporema e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Guaiporema - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, apresentou o presente Projeto e o Plano Arrolado em nome do Sr. Gilberto Castiglioni, na qualidade de Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica a Câmara Municipal de Guaiporema autorizada a adquirir, com recursos próprios consignados em seu orçamento, o imóvel urbano situado na Avenida Padre Euclides Felizardo, neste Município, registrado sob a Matrícula nº 13.541 do Serviço de Registro de Imóveis do Município de Guaiporema, PR, e suas dependências, pertencente ao Sr. FRANCISCO DONIZETE PECINATO e CLAUDIA REGINA RECHE DO PECINATO, destinado à construção da nova sede do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2.º A aquisição do imóvel será realizada mediante processo administrativo de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, devidamente instruído com avaliação prévia e justificativa de preço.

Art. 3.º O pagamento do preço será efetuado diretamente pela Câmara Municipal de Guaiporema aos proprietários do imóvel, conforme cronograma e condições estabelecidas no respectivo contrato administrativo.

Art. 4.º A formalização da aquisição, por meio de escritura pública de compra e venda, será lavrada em nome da Câmara Municipal de Guaiporema, mediante a apresentação do titular do patrimônio municipal, competindo ao Chefe do Poder Executivo Municipal a assinatura do instrumento de compra e venda, em nome do Sr. Gilberto Castiglioni, na qualidade de Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 5.º O imóvel adquirido integrará o patrimônio do Município, ficando, de modo vitalício, sob a posse, uso e administração da Câmara Municipal de Guaiporema, acumulando-se para fins de registro e funcionamento de sua sede administrativa e plenária.

Art. 6.º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Guaiporema, constante da Lei Orgânica Anual vigente, com observância das normas de execução orçamentária e financeira.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
GUAIPOREMA**  
*Estado do Paraná*  
Rua Parã, 86 - Teléfix: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210  
CEP 87810-000 - CNPJ/PMF 75.378.844/0001-70  
e-mail: pmguaiporema@uol.com.br

LEI MUNICIPAL Nº 1178/2025:

EMENTA: Autoriza a aquisição de imóvel urbano destinado à construção de uma nova sede da Câmara Municipal de Guaiporema e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Guaiporema - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, apresentou o presente Projeto e o Plano Arrolado em nome do Sr. Gilberto Castiglioni, na qualidade de Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica a Câmara Municipal de Guaiporema autorizada a adquirir, com recursos próprios consignados em seu orçamento, o imóvel urbano situado na Avenida Padre Euclides Felizardo, neste Município, registrado sob a Matrícula nº 13.541 do Serviço de Registro de Imóveis do Município de Guaiporema, PR, e suas dependências, pertencente ao Sr. FRANCISCO DONIZETE PECINATO e CLAUDIA REGINA RECHE DO PECINATO, destinado à construção da nova sede do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2.º A aquisição do imóvel será realizada mediante processo administrativo de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, devidamente instruído com avaliação prévia e justificativa de preço.

Art. 3.º O pagamento do preço será efetuado diretamente pela Câmara Municipal de Guaiporema aos proprietários do imóvel, conforme cronograma e condições estabelecidas no respectivo contrato administrativo.

Art. 4.º A formalização da aquisição, por meio de escritura pública de compra e venda, será lavrada em nome da Câmara Municipal de Guaiporema, mediante a apresentação do titular do patrimônio municipal, competindo ao Chefe do Poder Executivo Municipal a assinatura do instrumento de compra e venda, em nome do Sr. Gilberto Castiglioni, na qualidade de Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 5.º O imóvel adquirido integrará o patrimônio do Município, ficando, de modo vitalício, sob a posse, uso e administração da Câmara Municipal de Guaiporema, acumulando-se para fins de registro e funcionamento de sua sede administrativa e plenária.

Art. 6.º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Guaiporema, constante da Lei Orgânica Anual vigente, com observância das normas de execução orçamentária e financeira.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
GUAIPOREMA**  
*Estado do Paraná*  
Rua Parã, 86 - Teléfix: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210  
CEP 87810-000 - CNPJ/PMF 75.378.844/0001-70  
e-mail: pmguaiporema@uol.com.br

Decreto nº 3612/2025

EMENTA: Dispõe a nomeação dos integrantes do Conselho Municipal de Assistência Social para o biênio de 11/11/2025 a 12/11/2028 e, dá outras providências.

Preliminar: Eu, Gilberto Castiglioni, Prefeito Municipal de Guaiporema - Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, especialmente com embaçamento na Lei 423/2009.

Determino:

Art. 1.º - Pelo presente ato, divulga de relação pessoas indicadas pelas instituições governamentais e não governamentais, para integrarem o Conselho Municipal de Assistência Social, sem qualquer espécie de ônus ao município.

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

Representante Administração Municipal:  
Titular: Claudineir Alves da Silva  
Suplente: Lindalva Alves da Silva

Representante Prefeitura Secretaria de Educação:  
Titular: Marli da Silva Lima  
Suplente: Priscila Gisele David da Silva

Representante Secretaria de Assistência Social:  
Titular: Inaci Ferreira  
Suplente: Anete Aparecida Piazzi

Representante CRAS/ Inhabilitados:  
Titular: Cristiane B. Zelin Silva  
Suplente: Sussane Ferreira Costa

Representante Departamento de Saúde:  
Titular: Luana Martins Santos  
Suplente: Roseneide Aparecida Rech Cardoso

REPRESENTANTE NÃO GOVERNAMENTAL:

Representante APME:  
Titular: Maria Assunção Costa  
Suplente: Andréia Maciel

**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
GUAIPOREMA**  
*Estado do Paraná*  
Rua Parã, 86 - Teléfix: (0xx44) 3684 1206 / 3684 1210  
CEP 87810-000 - CNPJ/PMF 75.378.844/0001-70  
e-mail: pmguaiporema@uol.com.br

LEI MUNICIPAL Nº 1178/2025:

EMENTA: Autoriza a aquisição de imóvel urbano destinado à construção de uma nova sede da Câmara Municipal de Guaiporema e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Guaiporema - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, apresentou o presente Projeto e o Plano Arrolado em nome do Sr. Gilberto Castiglioni, na qualidade de Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica a Câmara Municipal de Guaiporema autorizada a adquirir, com recursos próprios consignados em seu orçamento, o imóvel urbano situado na Avenida Padre Euclides Felizardo, neste Município, registrado sob a Matrícula nº 13.541 do Serviço de Registro de Imóveis do Município de Guaiporema, PR, e suas dependências, pertencente ao Sr. FRANCISCO DONIZETE PECINATO e CLAUDIA REGINA RECHE DO PECINATO, destinado à construção da nova sede do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2.º A aquisição do imóvel será realizada mediante processo administrativo de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, devidamente instruído com avaliação prévia e justificativa de preço.

Art. 3.º O pagamento do preço será efetuado diretamente pela Câmara Municipal de Guaiporema aos proprietários do imóvel, conforme cronograma e condições estabelecidas no respectivo contrato administrativo.

Art. 4.º A formalização da aquisição, por meio de escritura pública de compra e venda, será lavrada em nome da Câmara Municipal de Guaiporema, mediante a apresentação do titular do patrimônio municipal, competindo ao Chefe do Poder Executivo Municipal a assinatura do



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER**  
**LEI 1.982/2025**  
**MUNICÍPIO DE JUSSARA/PR**

Rua Bandeirantes nº 781 – CEP: 87.230-000 Contato: (44)3628-1301 E-mail: assistência@jussara.pr.gov.br

**RESOLUÇÃO Nº 002/2025**

**SÚMULA:** Aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação da Deliberação 015/2025-CEDM/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM de Jussara, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.982, de 23 de abril de 2025, bem como observando a deliberação proferida por este Conselho em **Reunião extraordinária realizada em 11 de novembro de 2025**, constante na respectiva ata nº 03.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação que estabelece os procedimentos, estabelecidos incentivo Financeiros, na modalidade fundo a fundo como cofinanciamento estadual destinado à Estruturação da Gestão e da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher, em despesas de capital, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), através da Deliberação 015-2025-CEDM/PR.

**Art. 2º** - Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Edifício da Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família, aos 11 de novembro de 2025

Gabriela Perez Nogueira  
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**MUNICÍPIO DE JUSSARA/PR**

Rua Bandeirantes nº 781 – CEP: 87.230-000 Contato (44) 9-2065-9575 Email: assistência@jussara.pr.gov.br

**RESOLUÇÃO: 015/2025**

**SÚMULA:** Aprovação do projeto de Lei do Serviço Socioassistencial de Acolhimento em Família Acolhedora para Crianças e Adolescentes no Município de Jussara-Paraná apresentada Pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Jussara - PR, no uso das atribuições legais que lhe foi conferida pela Lei Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e Lei Municipal nº 1.870/2018, publicada dia 19 de dezembro de 2018, considerando sua função de acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, os ganhos sociais e o desempenho dos serviços socioassistenciais ofertados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, bem como observando a deliberação proferida por este Conselho a **Reunião realizada em 05 de novembro de 2025**, constante na respectiva ata nº 281.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - O Conselho Municipal de Assistência Social do município de Jussara-Paraná, apreciou o Projeto de Lei de Serviço Socioassistencial de Acolhimento Familiar para Crianças e Adolescentes do município de Jussara-Paraná, denominado "Serviço Família Acolhedora", apresentado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família, onde foi de parecer favorável ao novo projeto de lei, para posterior ser enviado ao poder Executivo e o Poder Legislativo, para a aprovação do referido projeto de lei.

**Art. 2º** - O Calendário de Reuniões possui os seguintes meses e horários.

**Art. 3º** - Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

JUSSARA/PR, 05 de novembro de 2025.

Rodolfo Henrique de Oliveira Cunha  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**MUNICÍPIO DE JUSSARA/PR**

Rua Bandeirantes nº 781 – CEP: 87.230-000 Contato (44) 9 2065-9575 Email: assistência@jussara.pr.gov.br

**RESOLUÇÃO: 016/2025**

**SÚMULA:** Aprova a Programação SIGTV nº 411300720250001, que tem por finalidade estruturar a rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Jussara - PR, no uso das atribuições legais que lhe foi conferida pela Lei Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e Lei Municipal nº 1.870/2018, publicada dia 19 de dezembro de 2018, considerando sua função de acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, os ganhos sociais e o desempenho dos serviços socioassistenciais ofertados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, bem como observando a deliberação proferida por este Conselho a **Reunião realizada em 05 de novembro de 2025**, constante na respectiva ata nº 281.

**RESOLVE:**

**Art. 1º. APROVAR** a Programação nº 411300720250001, elaborada e inserida pela Prefeitura do Município de JUSSARA – Estado do Paraná, no sistema de Gestão de Transferências Voluntárias – SGTV (Ministério da Cidadania), com a finalidade de estruturar a rede de serviços do sistema Único de Assistência Social – SUAS, mediante transferência voluntária de recursos, na modalidade fundo a fundo, visando beneficiar a unidade que oferta serviço sociassistencial nacionalmente tipificados conforme a seguir:

Unidade Beneficiária:

a) Denominação: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE – JUSSARA, CNPJ: 79.079.224/0001-90  
b) Valor (R\$): 50.000,00 (cinquenta mil reais)  
c) Classificação do Recurso: GND-4 Investimento  
d) Funcional Programática: 08.245.5131.219-G. 0041

**Art. 2º** - Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação

Jussara/PR, 05 de novembro de 2025.

Rodolfo Henrique de Oliveira Cunha  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**MUNICÍPIO DE JUSSARA/PR**

Rua Bandeirantes nº 781 – CEP: 87.230-000 Contato (44) 9 2065-9575 Email: assistência@jussara.pr.gov.br

**RESOLUÇÃO: 017/2025**

**SÚMULA:** Aprova a Programação SIGTV nº 411300720250002, que tem por finalidade estruturar a rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Jussara - PR, no uso das atribuições legais que lhe foi conferida pela Lei Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e Lei Municipal nº 1.870/2018, publicada dia 19 de dezembro de 2018, considerando sua função de acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, os ganhos sociais e o desempenho dos serviços socioassistenciais ofertados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, bem como observando a deliberação proferida por este Conselho a **Reunião realizada em 05 de novembro de 2025**, constante na respectiva ata nº 281.

**RESOLVE:**

**Art. 1º. APROVAR** a Programação nº 411300720250002, elaborada e inserida pela Prefeitura do Município de JUSSARA – Estado do Paraná, no sistema de Gestão de Transferências Voluntárias – SGTV (Ministério da Cidadania), com a finalidade de estruturar a rede de serviços do sistema Único de Assistência Social – SUAS, mediante transferência voluntária de recursos, na modalidade fundo a fundo, visando beneficiar a unidade que oferta serviço sociassistencial nacionalmente tipificados conforme a seguir:

Unidade Beneficiária:

a) Denominação: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE – JUSSARA, CNPJ: 79.079.224/0001-90  
b) Valor (R\$): 100.000,00 (cem mil reais)  
c) Classificação do Recurso: GND-3 - Custo  
d) Funcional Programática: 08.245.5131.219-G. 0041

**Art. 2º** - Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação

Jussara/PR, 05 de novembro de 2025.

Rodolfo Henrique de Oliveira Cunha  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
Avenida Princesa Isabel, 320 - tel.: (44) 3628-1212 - CEP 87.230-000  
CNPJ/ME: 75.789.552/0001-20 - Jussara - Estado do Paraná

**EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 002/2025 - APAE**

**PARTES:** Município de Jussara - PR, inscrito no CNPJ nº 75.789.552/0001-20 autorizado pela Lei Municipal nº 1.562/2016, representado pelo Prefeito Moacir Luiz Pereira Valentini e a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jussara, CNPJ nº 79.079.224/0001-90, representada pelo Presidente Adriano Ferno de Souza.

**OBJETO:** Estabelece normas e condições para transferência de recursos financeiros, oriundos da Emenda Parlamentar nº 37050003, afim de garantir a melhoria na infraestrutura e o fortalecimento das atividades da APAE de Jussara, por meio de aquisição de materiais essenciais, incluindo gêneros alimentícios, educativos, esportivos e de manutenção, além da contratação de serviços especializados, assegurando um atendimento de qualidade às pessoas com deficiência intelectual e/ou múltiplas, segundo aprovação no Conselho Municipal de Assistência Social, de acordo com a Resolução nº 015/2025.

**VALOR:** R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a ser repassado em parcela única, segundo o cronograma de desembolso.

**VIGÊNCIA:** 13 de Novembro de 2025 a 31 de dezembro de 2026.

Jussara - PR, 12 de Novembro de 2025.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
Av. Princesa Isabel, nº 320  
CEP: 87.230-000  
CNPJ: 75.789.552/0001-20

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
Avenida Princesa Isabel, 320 - tel.: (44) 3628-1212 - CEP 87.230-000  
CNPJ/ME: 75.789.552/0001-20 - Jussara - Estado do Paraná

**EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 003/2025 - APAE**

**PARTES:** Município de Jussara - PR, inscrito no CNPJ nº 75.789.552/0001-20 autorizado pela Lei Municipal nº 1.562/2016, representado pelo Prefeito Moacir Luiz Pereira Valentini e a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jussara, CNPJ nº 79.079.224/0001-90, representada pelo Presidente Adriano Ferno de Souza.

**OBJETO:** Estabelece normas e condições para transferência de recursos financeiros, oriundos da Emenda Parlamentar nº 37050003, afim de garantir a melhoria na infraestrutura e o fortalecimento das atividades da APAE de Jussara, por meio de aquisição de materiais essenciais, incluindo gêneros alimentícios, educativos, esportivos e de manutenção, além da contratação de serviços especializados, assegurando um atendimento de qualidade às pessoas com deficiência intelectual e/ou múltiplas, segundo aprovação no Conselho Municipal de Assistência Social, de acordo com a Resolução nº 016/2025.

**VALOR:** R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a ser repassado em parcela única, segundo o cronograma de desembolso.

**VIGÊNCIA:** 13 de Novembro de 2025 a 31 de dezembro de 2026.

Jussara - PR, 12 de Novembro de 2025.

**JUSTIFICATIVA**

**Processo Administrativo nº 146-2025-PMJ**  
**Dispensa de Licitação nº 28-2025-PMJ**

Venho através deste, **JUSTIFICAR a ausência de realização de Chamamento Público**, visando firmar parceria entre a administração pública municipal e a organização da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de fomento, ou em acordos de cooperação, tendo em vista que ficou claro a esta administração a **inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto**, uma vez que no município de Jussara, estado do Paraná, existe apenas uma entidade que se enquadra no perfil exigido por Lei, para receber transferências do poder público, a saber: **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, CNPJ nº 79.079.224/0001-90**.

Jussara, 12 de novembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

**TERMS DE CONTRATAÇÃO – EDITAL**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 28/2025 – PMJ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 146/2025-PMJ**

**OBJETO:** firmar Termo de Fomento, através de Transferência Voluntária, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, de Jussara, Estado do Paraná, tendo em vista, o recebimento da Emenda Parlamentar nº 20380002, do Senador Flávio Arns, destinada à referida Instituição, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), visando o desenvolvimento de ações de Assistência Social, com o Plano de Trabalho já aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

**Fundamento Legal:** art. 74, caput, da Lei nº 14.133/21; Art. 31 da Lei Federal nº 13.019, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, à Lei Federal 13.146/2015 que se refere à Inclusão da Pessoa com Deficiência e suas posteriores alterações, à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva do Ministério da Educação (MEC).

**Objeto:** firmar Termo de Fomento, através de Transferência Voluntária, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, de Jussara, Estado do Paraná, tendo em vista, o recebimento da Emenda Parlamentar nº 20380002, do Senador Flávio Arns, destinada à referida Instituição, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), visando o desenvolvimento de ações de Assistência Social, com o Plano de Trabalho já aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

**Tomador:** ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, CNPJ nº 79.079.224/0001-90.

**Valor de Repasse:** R\$100.000,00 (cem mil reais)

**Dotações Orçamentárias:**  
1453 - 07.004.08.245.0008.2.046.4.4.50.52.00.00 - 31989 - Subvenções Sociais

Jussara, 12 de novembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI  
Prefeito Municipal

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

**DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 28/2025 – PMJ**  
**PROCESSO Nº 146/2025-PMJ**

O Prefeito Municipal de Jussara, Estado do Paraná, Sr. **MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **TORNA PÚBLICO**, conforme processo Administrativo nº 146/2025, com base no art. 74, caput, da Lei nº 14.133/21, a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2025**.

**Fundamento Legal:** art. 74, caput, da Lei nº 14.133/21; Art. 31 da Lei Federal nº 13.019, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, à Lei Federal 13.146/2015 que se refere à Inclusão da Pessoa com Deficiência e suas posteriores alterações, à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva do Ministério da Educação (MEC).

**Objeto:** firmar Termo de Fomento, através de Transferência Voluntária, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, de Jussara, Estado do Paraná, tendo em vista, o recebimento da Emenda Parlamentar nº 20380002, do Senador Flávio Arns, destinada à referida Instituição, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), visando o desenvolvimento de ações de Assistência Social, com o Plano de Trabalho já aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

**Tomador:** ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, CNPJ nº 79.079.224/0001-90.

**Valor de Repasse:** R\$100.000,00 (cem mil reais)

**Dotações Orçamentárias:**  
1453 - 07.004.08.245.0008.2.046.3.3.50.43.00.00 - 31989 - Subvenções Sociais

Jussara, 12 de novembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI  
Prefeito Municipal

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**  
**À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28-2025-PMJ**

Considerando as informações, documentos e pareceres contidos no Processo Administrativo nº 146-2025, RATHCO a Dispensa de Licitação nº 28-2025, para firmar termo de fomento com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, CNPJ nº 79.079.224/0001-90, objetivando firmar Termo de Fomento, através de Transferência Voluntária, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, de Jussara, Estado do Paraná, tendo em vista, o recebimento da Emenda Parlamentar nº 20380002, do Senador Flávio Arns, destinada à referida Instituição, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), visando o desenvolvimento de ações de Assistência Social, com o Plano de Trabalho já aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Esta Ratificação se fundamenta no art. 30, inciso VI, da Lei Federal 13.019/2014, e Decreto Municipal 4973/2016, em seu Art. 29, inciso V e Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Dê-se ciência desta decisão aos interessados, providencie-se a celebração do necessário contrato, e publique-se o presente ato na imprensa oficial, conforme estabelecido na Lei 14.133/21.

Jussara, 12 de novembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

**TERMS DE CONTRATAÇÃO – EDITAL**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 29/2025 – PMJ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 147/2025-PMJ**

**OBJETO:** firmar Termo de Fomento, através de Transferência Voluntária, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, de Jussara, Estado do Paraná, tendo em vista, o recebimento da Emenda Parlamentar nº 37050003, do Deputado Federal Luciano Ducco, destinada à referida Instituição, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), visando o desenvolvimento de ações de Assistência Social, com o Plano de Trabalho já aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Jussara, 12 de novembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

**DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 29/2025 – PMJ**  
**PROCESSO Nº 147/2025-PMJ**

O Prefeito Municipal de Jussara, Estado do Paraná, Sr. **MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **TORNA PÚBLICO**, conforme processo Administrativo nº 147/2025, com base no art. 74, caput, da Lei nº 14.133/21, a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2025**.

**Fundamento Legal:** art. 74, caput, da Lei nº 14.133/21; Art. 31 da Lei Federal nº 13.019, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, à Lei Federal 13.146/2015 que se refere à Inclusão da Pessoa com Deficiência e suas posteriores alterações, à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva do Ministério da Educação (MEC).

**Objeto:** firmar Termo de Fomento, através de Transferência Voluntária, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, de Jussara, Estado do Paraná, tendo em vista, o recebimento da Emenda Parlamentar nº 37050003, do Deputado Federal Luciano Ducco, destinada à referida Instituição, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), visando o desenvolvimento de ações de Assistência Social, com o Plano de Trabalho já aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

**Tomador:** ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, CNPJ nº 79.079.224/0001-90.

**Valor de Repasse:** R\$50.000,00 (cinquenta mil reais)

**Dotações Orçamentárias:**  
1447 - 07.004.08.245.0008.2.046.4.4.50.52.00.00 - 31988

Jussara, 12 de novembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI  
Prefeito Municipal

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

**JUSTIFICATIVA**

**Processo Administrativo nº 147-2025-PMJ**  
**Dispensa de Licitação nº 29-2025-PMJ**


Venho através deste, **JUSTIFICAR a ausência de realização de Chamamento Público**, visando firmar parceria entre a administração pública municipal e a organização da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de fomento, ou em acordos de cooperação, tendo em vista que ficou claro a esta administração a **inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto**, uma vez que no município de Jussara, estado do Paraná, existe apenas uma entidade que se enquadra no perfil exigido por Lei, para receber transferências do poder público, a saber: **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, CNPJ nº 79.079.224/0001-90**.

Jussara, 12 de novembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212





**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
TRABALHO & FAMÍLIA

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**  
**À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29-2025-PMJ**

Considerando as informações, documentos e pareceres contidos no Processo Administrativo nº 147-2025, **RATIFICO** a Dispensa de Licitação nº 29-2025, para firmar termo de fomento com a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE**, CNPJ nº 79.079.224/0001-90, objetivando firmar Termo de Fomento, através de Transferência Voluntária, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, de Jussara, Estado do Paraná, tendo em vista, o recebimento da Emenda Parlamentar nº 3705003, do Deputado Federal Luciano Ducci, destinada à referida Instituição, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), visando o desenvolvimento de ações de Assistência Social, com o Plano de Trabalho já aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.


Esta Ratificação se fundamenta no art. 30, inciso VI, da Lei Federal 13.019/2014, e Decreto Municipal 4973/2016, em seu Art. 29, Inciso V e Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Dê-se ciência desta decisão aos interessados, providencie-se a celebração do necessário contrato, e publique-se o presente ato na imprensa oficial, conforme estabelecido na Lei 14.133/21.

Jussara, 12 de novembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
TRABALHO & FAMÍLIA

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 93/2025-PMJ**

Que entre si fazem de um lado como **CONTRATANTE** o Município de **JUSSARA**, pessoa jurídica de direito público inscrito no CNPJ sob nº. 75.789.552/0001-20, com endereço na Avenida Princesa Isabel nº 320, na cidade de Jussara, representada por seu Prefeito Municipal Sr. **MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade sob nº 3.997.041-4 SSP-PR e CPF nº 700.111.259-34, e do outro lado a **EMPRESA DE TOPOGRAFIA PRECISÃO LTDA**, CNPJ: 28.254.707/0001-43, Endereço: ETELVINO RODRIGUES NOVAES, N° 280 Cidade: TAPEJARA, UF: PARANÁ, E-mail: topog.precisao@gmail.com, Responsável pela empresa: ALESSANDRO BEGO CPF: 040.323.179-50, tem justos e contratados as seguintes cláusulas e Condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
O presente Termo aditivo tem por objeto, modificação do contrato Nº 93/2025 de 04/09/2025, identificador nº3611, na Modalidade DISPENSA Nº 24/2025-PMJ.

**CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**  
O presente termo aditivo tem por objetivo o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato original, dentro do limite da lei ao presente contrato. Portanto, tem-se o acréscimo de **R\$17.850,00** (dezesete mil, oitocentos e cinquenta reais) ao valor total do contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**  
As demais cláusulas do contrato inicial de 04 de setembro de 2025 permanecem sem modificações e alterações.

E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo aditivo, na presença de duas testemunhas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, 12 de novembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE


EMPRESA DE TOPOGRAFIA PRECISÃO LTDA  
ALESSANDRO BEGO  
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Gustavo Trevisan Cordeiro  
CPF: 094.624.769-26

Josuel Vieira dos Santos  
CPF: 815.473.319-68

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**  
TRABALHO & FAMÍLIA

**DECRETO Nº 7297/2025.**

Dispõe sobre a fixação dos valores referentes à utilização de bens públicos municipais destinados a práticas esportivas e de lazer, nos termos da Lei Municipal nº 2.006/2025.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE JUSSARA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso XIV, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto na Lei Municipal nº 2.006, de 8 de setembro de 2025,;

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentar a Lei nº 2.006/2025 para disciplinar o uso de bens públicos municipais destinados a práticas esportivas e de lazer;

**CONSIDERANDO** que a fixação de valores por preço público é medida legal e necessária para cobrir os custos de manutenção e garantir o uso ordenado e responsável das estruturas públicas, em observância ao princípio da eficiência e ao interesse público;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Ficam fixados os valores referentes ao uso de bens públicos municipais destinados a práticas esportivas e de lazer, conforme previsto na Lei Municipal nº 2.006/2025.

**Art. 2º** O uso remunerado dos espaços públicos terá os seguintes valores de referência:

- **Salão do Bosque Municipal** – locação para realização de eventos sociais, culturais ou comunitários, pelo período integral autorizado (uso diário): R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais);
- **Centro Esportivo Municipal (quadras e ginásio de esportes)** – locação para atividades esportivas ou recreativas, no valor de R\$ 30,00 (trinta reais) por hora de utilização;
- **Campo Suíço Municipal** – locação para atividades esportivas ou recreativas, no valor de R\$ 60,00 (sessenta reais) por hora de utilização.

§1º O período integral compreenderá o horário de funcionamento estabelecido pela administração municipal, observado o limite máximo permitido para utilização do espaço.

§2º O pagamento deverá ser efetuado mediante guia emitida pela Divisão de Tributação, após autorização formal do setor responsável pela gestão dos espaços.

§3º Os valores definidos neste artigo poderão ser revisados, mediante novo Decreto, considerando os custos de conservação, manutenção e melhoria das estruturas.

**Art. 3º** O uso gratuito poderá ser autorizado, nos termos do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 2.006/2025.

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.


Papo Municipal "Prefeito Romildo Rufato", em 11 de novembro de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI:700111259  
34

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI  
Prefeito Municipal

Assinado de forma digital por MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI:700111259  
Dados: 2025.11.12 16:39:40 -03'00'

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212



**CICONOP**  
Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná  
CNPJ: 01.178.931/0001-47  
www.ciconop.com.br

Republicado por incorreção

**EXTRATO DE CONTRATO**

**CONTRATO N.º 12/2025**

**CONTRATANTE:** Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná – CICONOP.

**CONTRATADA:** PHD COMERCIAL DE PRODUTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 55.488.773/0001-50, sediada à Rua Constituição, nº 397, zona 01, Cianorte, CEP: 87.200-145, na Cidade de Cianorte/PR.

**OBJETO:** Contratação de empresa para aquisição de materiais de copa e café, produtos de limpeza e higiene, destinados ao atendimento das demandas operacionais e administrativas do Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná – CICONOP.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 14.133/2021, inciso II, art. 75 c/c § 2º do referido artigo.

**VALOR ANUAL TOTAL DO OBJETO CONTRATADO:** R\$ 20.262,55 (Vinte mil, duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).


**PRazo DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 03 (três) meses de execução e vigência.

**Dotação Orçamentária:** 02.001.10.301.0001.2.001.33.90.30.00.00 – Fonte 1001.

**PROCESSO LICITATÓRIO:** Dispensa de licitação de Licitação nº 08/2025.

**DATA DA ASSINATURA:** 06 de novembro de 2025.

Marco Antonio Franzato  
Presidente  
Original assinado no processo



**CICONOP**  
Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná  
CNPJ: 01.178.931/0001-47  
www.ciconop.com.br

**RESOLUÇÃO Nº 077/2025**

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO CENTRO NOROESTE DO PARANÁ – CICONOP, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E PELO ESTATUTO DA ENTIDADE.

CONSIDERANDO o conteúdo a justificativa disposta no processo administrativo nº 603/2024;

CONSIDERANDO o conteúdo no item 2.13 e 13.6 do Edital de Credenciamento nº 05/2024 do CICONOP;

CONSIDERANDO ainda, o disposto no art. 2º da resolução 070/2024 do CICONOP datada de 01/10/2024.

**RESOLVE:**

Art. 1º Incluir na Tabela de Procedimentos do CICONOP, anexo VII do edital de credenciamento nº 05/2024 que foi criada inicialmente pela resolução nº 070/2024 de 01/10/2024, o seguinte item, passando a vigorar com a seguinte redação:

CODIGO	CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR
1357	02.02.03.147 - 6	PESQUISA LABORATORIAL DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV) PARA POPULAÇÃO GERAL (EXCETO GESTANTE, PARCEIRO OU PARCEIRA DE GESTANTE)	18,55
1359	02.02.03.148 - 9	PESQUISA LABORATORIAL DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV) EM GESTANTE	18,55
1361	02.02.03.149 - 7	PESQUISA LABORATORIAL DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV) EM PARCEIRO OU PARCEIRA DE GESTANTE	18,55
1362	02.02.03.150 - 0	PESQUISA LABORATORIAL DE ANTIGENOS DE HIV E/OU ANTICORPOS ANTI-HIV-1 OU ANTI-HIV-2 PARA POPULAÇÃO GERAL (EXCETO GESTANTE, PARCEIRO OU PARCEIRA DE GESTANTE)	10,00
1366	02.02.03.151 - 9	PESQUISA LABORATORIAL DE ANTIGENOS DE HIV OU ANTICORPOS ANTI-HIV-1 OU ANTI-HIV-2 EM GESTANTE	10,00
1368	02.02.03.152 - 7	PESQUISA LABORATORIAL DE ANTIGENOS DE HIV OU ANTICORPOS ANTI-HIV-1 OU ANTI-HIV-2 EM PARCEIRO OU PARCEIRA DE GESTANTE	10,00
90899	90.01.02.528- 0	CIRURGIA ÚNICA POR VIDEOLAPAROSCOPIA DO TRATO DIGESTIVO, URINÁRIO E GINECOLÓGICO (INCLUI MÉDICO, AUXILIARES E MATERIAIS)	6.000,00

Art. 3º. Por força da presente resolução fica devidamente alterada a referida Tabela de Procedimentos do CICONOP, anexo VII do edital de credenciamento nº 05/2024, devendo ser formalizado sua consolidação com a inclusão do item acima descrito após a publicação desta resolução.

Art.4º. A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação para todos os efeitos que se destina.

Cianorte-Pr 12 de NOVEMBRO DE 2025.

Marco Antonio Franzato  
Presidente  
Assinatura lançada no Original



**MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ**  
Estado do Paraná  
Praça Paraná, 50 – FONE: (44) 9 9114-3282 / (44) 9 9104-2521 / (44) 9 9148-2848  
Site: [www.saomanoel.doparana.pr.gov.br](http://www.saomanoel.doparana.pr.gov.br) e e-mail: [contato@saomanoel.doparana.pr.gov.br](mailto:contato@saomanoel.doparana.pr.gov.br)  
CNPJ 87.215-030  
C N P J - 88.989.687/0001-63

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 238/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 95/2025**

O Município de São Manoel do Paraná - Paraná, torna público a todos os interessados, que será realizado em 02/12/2025 às 09h00min (horário de Brasília), abertura da sessão pública, referente ao edital Pregão Eletrônico SRP Nº 95/2025 - PMSMP.

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLATAGEM DE ARQUIVOS DIGITAIS, NOS FORMATOS DWG, PLT E PDF, EM PAPEL SULFITE COM GRAMATURA MÍNIMA DE 75 G/M², NOS TAMANHOS A0, A1, A2 E A3, DESTINADOS À IMPRESSÃO DE DESENHOS TÉCNICOS PARA O SETOR DE ENGENHARIA, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

**VALOR: R\$ 16.520,40 (dezesesse mil quinhentos e vinte reais e quarenta centavos).**

O presente Edital estará à disposição dos interessados na Divisão de Licitação e Contratos desta Prefeitura Municipal, no Portal da Transparência do Município <http://www.saomanoel.doparana.pr.gov.br/> e no site <https://www.bli.org.br>.

Papo Municipal "Treze de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

VITOR HUGO RODRIGUES  
Prefeito Municipal

ANDRESSA RODRIGUES BRUNHARA  
Pregoeira



**MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS**  
Praça Caramuru, 150 – Centro – CEP 87.235-000  
Fone/Fax 44 3674 1108 – 3674 1560 – CNPJ 75.796.355/0001-77  
E-mail: [licitacao@indianopolis.pr.gov.br](mailto:licitacao@indianopolis.pr.gov.br)  
**INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO EFETUADO PELO MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 03/2024.**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS, CNPJ 75.798.355/0001-77.

**CONTRATADA:** CONS. INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CENTRO NOROESTE DO PARANÁ - CISCENOP, CNPJ/CPF: 01.178.931/0001-47.

**PROCESSO DE LICITAÇÃO** Processo dispensa nº 3/2025.

**OBJETO DO CONTRATO:** Contratação do Consórcio de Saúde CISCENOP para atendimentos aos municípios de Indianópolis/PR.

**OBJETO DO TERMO ADITIVO:** Alteração do valor contratual de R\$ 2.600.169,00 (Dois Milhões, Seiscentos Mil, Cento e Sessenta e Nove Reais).

Indianópolis, Paraná, em 20 de fevereiro de 2025



**MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS**  
Praça Caramuru, 150 – Centro – CEP 87.235-000  
Fone/Fax 44 3674 1108 – 3674 1560 – CNPJ 75.796.355/0001-77  
E-mail: [licitacao@indianopolis.pr.gov.br](mailto:licitacao@indianopolis.pr.gov.br)  
**INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO EFETUADO PELO MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 03/2024.**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS, CNPJ 75.798.355/0001-77.


**CONTRATADA:** CONS. INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CENTRO NOROESTE DO PARANÁ - CISCENOP, CNPJ/CPF: 01.178.931/0001-47.

**PROCESSO DE LICITAÇÃO** Processo dispensa nº 3/2025.


**OBJETO DO CONTRATO:** Contratação do Consórcio de Saúde CISCENOP para atendimentos aos municípios de Indianópolis/PR.

**OBJETO DO TERMO ADITIVO:** Alteração do valor contratual de R\$ 2.600.169,00 (Dois Milhões, Seiscentos Mil, Cento e Sessenta e Nove Reais).

Indianópolis, Paraná, em 20 de fevereiro de 2025



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON**  
ESTADO DO PARANÁ  
Avenida Paraná 155 - Centro  
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1263 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000  
CNPJ 75.380.071/0001-66



**GOVERNO QUE TRANSFORMA**  
"FELIZAR O PAÍS É O ÚNICO FIM DA POLÍTICA"

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2025**


O Exmo. Sr. ROBERTO APARECIDO CORREDATO, Prefeito Municipal de Rondon, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

**HOMOLOGAR** o resultado do procedimento licitatório supra citado, cujo objeto foi adjudicado às seguintes empresas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal 6.063 de 23 de março de 2023 e alterações subsequentes.


PROponente	CPF/CNPJ	VALOR R\$	Valor por Extensão
CIRURGICA PARANAVAL LTDA	30.766.874/0001-15	19.100,90	Dezanove Mil e Quinze Reais e Nove Centavos
LOGREDI COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	52.179.963/0001-06	7.331,11	Sete Mil, Trezentos e Trinta e Um Reais e Onze Centavos
MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	04.470.877/0001-05	41.662,57	Quarenta e Um Mil, Seiscentos e Sessenta e Dois Reais e Cinquenta e Sete Centavos
PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	81.706.251/0001-96	19.547,95	Dezanove Mil, Quinhentos e Quarenta e Sete Reais e Noventa e Cinco Centavos
PLENA MEDICA HOSPITALAR EIRELI	29.032.903/0001-36	1.940,20	Um Mil, Novocentos e Quarenta e Seis Reais e Vinte Centavos
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	02.816.696/0001-54	15.532,33	Quinze Mil, Quinhentos e Trinta e Dois Reais e Trinta e Três Centavos
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA	21.279.552/0001-01	14.253,26	Quatorze Mil, Duzentos e Cinquenta e Três Reais e Vinte e Seis Centavos
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	09.944.371/0001-20	3.536,39	Três Mil, Quinhentos e Trinta e Seis Reais e Trinta e Nove Centavos
SANTO REMEDIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR LTDA	28.643.008/0001-95	3.767,30	Três Mil, Setecentos e Sessenta e Sete Reais e Trinta Centavos
OURMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	46.368.182/0001-84	843,78	Oitocentos e Quarenta e Três Reais e Setenta e Oito Centavos
SOMAPR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	00.656.468/0001-39	9.787,75	Nove Mil, Setecentos e Oitenta e Sete Reais e Setenta e Cinco Centavos
CNH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS - EIRELI	23.228.076/0001-74	521,64	Quinhentos e Vinte e Um Reais e Sessenta e Quatro Centavos
COMPANY HOSPITALAR LTDA	51.640.302/0001-65	2.262,05	Dois Mil, Duzentos e Sessenta e Dois Reais e Cinco Centavos
JC PRODUTOS FARMACEUTICOS E HOSPITALARES LTDA	11.101.919/0001-98	10.413,00	Dez Mil, Quatrocentos e Trinta e Seis Reais
CROSMEDICA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	11.606.767/0001-85	178,50	Cento e Setenta e Oito Reais e Cinquenta Centavos
REALMED DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	17.263.792/0001-90	4.656,00	Quatro Mil, Seiscentos e Cinquenta e Seis Reais
FAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.083.678/0001-85	11.724,30	Onze Mil, Setecentos e Vinte e Quatro Reais e Trinta Centavos
CAIC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	51.205.028/0001-04	4.387,50	Quatro Mil, Trezentos e Oitenta e Sete Reais e Cinquenta Centavos
MEDICINALI PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	20.918.668/0001-20	1.116,00	Um Mil, Cento e Dezanove Reais
LIDEX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES-EIRELI	38.170.314/0001-05	682,29	Seiscentos e Oitenta e Dois Reais e Vinte e Nove Centavos

Rondon – PR, 12 de novembro de 2025.

ROBERTO A. CORREDATO  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON**  
ESTADO DO PARANÁ  
Avenida Paraná 155 - Centro  
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1263 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000  
CNPJ 75.380.071/0001-66



**GOVERNO QUE TRANSFORMA**  
"FELIZAR O PAÍS É O ÚNICO FIM DA POLÍTICA"

**DECRETO Nº 6.774/2025**

**SÚMULA: ANULA PROCESSO LICITATÓRIO CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito do Município de Rondon, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**


Art. 1º - Fica ANULADO/CANCELADO o processo licitatório, modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 05/2025, expedido para Contratação de empresa especializada para execução de serviços de pavimentação de vias urbanas em concreto betuminoso usado a quente (CBUQ), totalizando 52.931,10 m², compreendendo: serviços preliminares, terraplanagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito e ensaios de controle tecnológico, conforme especificações constantes na planilha orçamentária, projetos, memoriais, cronograma e demais elementos técnicos anexos ao Edital, através de recursos do Programa Asfalto Novo Vida Nova - SECID/PRANÁCIDADE e contrapartida do m7municipio, em virtude de ter sido julgada procedente a Impugnação aos termos do edital apresentado pela Impugnante ASSOCIAÇÃO DAS CONSTRUTORAS DE OBRAS PÚBLICAS DO NOROESTE DO PARANÁ - ACNOR, a qual determinou o cancelamento do processo para que a equipe técnica do município formalize um novo processo licitatório, para que o edital e seus anexos sejam integralmente revisados e corrigidos, bem como para que a secretaria de planejamento promova as correções no projeto básico, memorial descritivo de serviços e planilha geral de preços, nos termos da decisão proferida pelo Agente de Contratação, devidamente ratificada pela autoridade superior.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.


Edifício da Prefeitura do Município de Rondon, Estado do Paraná, em 12 de novembro de 2025.

ROBERTO APARECIDO CORREDATO:54822300906

ROBERTO A. CORREDATO  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON**  
ESTADO DO PARANÁ  
Avenida Paraná 155 - Centro  
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1263 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000  
CNPJ 75.380.071/0001-66



**GOVERNO QUE TRANSFORMA**  
"FELIZAR O PAÍS É O ÚNICO FIM DA POLÍTICA"

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 49/2025 - MODALIDADE ELETRÔNICA**

**LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI's, ME's E EPP's**

**PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA MEI's, ME's E EPP's REGIONAIS**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 157/2025**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Rondon, sediado à Avenida Paraná, nº 155, centro, inscrito no CNPJ nº 75.380.071/0001-66, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor Roberto Aparecido Corredato, realizará **DISPENSA ELETRÔNICA**, do tipo **menor preço**, julgamento **por lote**, na hipótese do art. 75, II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, dos Decretos Municipais nº 6.063/2023, 6.065/2023 e 6.477/2024 e demais normas aplicáveis. Informações complementares, Edital completo e anexos poderão ser obtidos no site: [www.rondon.pr.gov.br](http://www.rondon.pr.gov.br) no link Licitações, ou através do e-mail: [licita@rondon.pr.gov.br](mailto:licita@rondon.pr.gov.br). – Fone: (44) 3672-1122 - Divisão de Licitação.

**Objeto**

Contratação de empresa especializada para locação de ambulâncias com condutor socorrista, técnico de enfermagem e equipamentos necessários conforme descritivo técnico, para executar os serviços no evento "Agro Rondon Farm Show 2025", a ser realizado nos dias 05, 06 e 07 de dezembro, em comemoração ao 71º aniversário deste município.

**Valor Total da Contratação**

R\$ 16.134,15 (dezesesse mil, cento e trinta e quatro reais e quinze centavos).

**Datas e horários da Dispensa Eletrônica**

**Início da apresentação de propostas:** dia 14/11/2025 a partir das 08:30 horas;

**Data limite para a apresentação de propostas:** dia 19/10/2025 às 08:30 horas;

**Data da Sessão:** dia 19/10/2025 às 09:00 horas;

**Duração da Disputa:** 06 (seis) horas;

**Modo de Disputa:** Será utilizado o modo de disputa "ABERTO";

Endereço Eletrônico da Plataforma para participação: <https://www.bli.org.br>.

Rondon – Pr, 12 de novembro de 2025.

ROBERTO A. CORREDATO  
Prefeito Municipal



<p><b>MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS</b> Praça Caramuru, 150 – Centro – CEP 87.235-000 Fone/Fax 44 3674 1108 – 3674 1560 – CNPJ 75.798.355/0001-77 E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br INDIANÓPOLIS – ESTADO DO PARANÁ</p> <p><b>EXTRATO DE TERMO ADITIVO EFETUADO PELO MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS</b></p> <p><b>PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 63/2024.</b> <b>CONTRATANTE:</b> MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS, CNPJ 75.798.355/0001-77. <b>CONTRATADA:</b> CONS. INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CENTRO NOROESTE DO PARANÁ – CISCENOP, CNPJ/CPP: 01.178.931/0001-47. <b>PROCESSO DE LICITAÇÃO</b> Processo dispensa nº 3/2025. <b>OBJETO DO CONTRATO:</b> Contratação do Consórcio de Saúde CISCENOP para atendimentos aos municípios de Indianópolis/PR. <b>OBJETO DO TERMO ADITIVO:</b> Alteração do valor contratual de R\$ 2.600.169,00 (Dois Milhões, Seiscentos Mil, Cento e Sessenta e Nove Reais).</p> <p>Indianópolis, Paraná, em 20 de fevereiro de 2025</p>	<p><b>MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS</b> Praça Caramuru, 150 – Centro – CEP 87.235-000 Fone 44 3674 1108 – 3674 1560 – CNPJ 75.798.355/0001-77 E-mail: publicacao@indianopolis.pr.gov.br <b>INDIANÓPOLIS – ESTADO DO PARANÁ</b></p> <p><b>LEI ORDINÁRIA Nº 734/2025</b></p> <p><b>Súmula:</b> Dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Indianópolis – Estado do Paraná e dá outras providências.</p> <p>A Câmara de Vereadores do Município de Indianópolis, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:</p> <p><b>Capítulo I</b> <b>DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS</b></p> <p><b>Art. 1º.</b> A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas da população.</p> <p><b>Art. 2º</b> - A Assistência Social do Município de Indianópolis tem por objetivos:</p> <p>I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:</p> <p>a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;</p> <p>b) o amparo às crianças e aos adolescentes em situação de risco e/ou vulnerabilidade social;</p> <p>c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;</p> <p>www.indianopolis.pr.gov.br</p>	<p>d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária e;</p> <p>II - a vigilância socioassistencial, que visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de violência e danos;</p> <p>III - a defesa de direitos, que visa garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.</p> <p>IV - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle de ações em todos os níveis;</p> <p>V - primazia da responsabilidade do ente político na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo e;</p> <p>VI - centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, tendo como base o território.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.</p> <p><b>Art. 3º</b> - Consideram-se entidades e organizações de Assistência Social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.</p> <p>§1º São de atendimento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou</p> <p>www.indianopolis.pr.gov.br</p>	<p>risco social e pessoal, nos termos desta Lei e da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).</p> <p>§ 2º São de assessoramento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei e da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, respeitadas as deliberações do CNAS.</p> <p>§ 3º São de defesa e garantia de direitos aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei e da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, respeitadas as deliberações do CNAS.</p> <p><b>Capítulo II</b> <b>DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES</b> <b>SEÇÃO I</b> <b>Dos Princípios</b></p> <p><b>Art. 4º</b> - A Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios:</p> <p>I - universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;</p> <p>II - gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, observado o que</p> <p>www.indianopolis.pr.gov.br</p>
<p>dispõe o art. 35, da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso;</p> <p>III - integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;</p> <p>IV - intersectorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais de defesa de direitos e sistema de justiça;</p> <p>V - equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais;</p> <p>VI - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;</p> <p>VII - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;</p> <p>VIII - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;</p> <p>IX - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;</p> <p>X - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.</p> <p><b>SEÇÃO II</b> <b>Das Diretrizes</b></p> <p><b>Art. 6º</b> - A organização da Assistência Social tem como base as seguintes diretrizes:</p> <p>www.indianopolis.pr.gov.br</p>	<p>I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como entidades e organizações de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;</p> <p>II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;</p> <p>III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;</p> <p>IV - centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos;</p> <p>V - cofinanciamento partilhado dos entes federados;</p> <p>VI - materialidade socio familiar;</p> <p>VII - territorialização;</p> <p>VIII - fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil.</p> <p><b>Art. 6º</b> - A Política Pública da Assistência Social realizar-se-á de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Sob essa perspectiva, objetiva:</p> <p>I - prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem;</p> <p>www.indianopolis.pr.gov.br</p>	<p>II - contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rurais;</p> <p>III - assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.</p> <p><b>Art. 7º</b> - Constitui-se o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; idosos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências psicoafetivas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.</p> <p><b>Capítulo III</b> <b>DA ORGANIZAÇÃO E DA GESTÃO</b></p> <p><b>Art. 8º</b> - A gestão das ações na área de assistência social é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social - SUAS, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, cujas normas gerais e coordenação são de competência da União.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> O SUAS é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangida pela Lei Federal nº 8.742, de 1993.</p> <p>www.indianopolis.pr.gov.br</p>	<p><b>Art.9º</b> - O Município de Indianópolis atuará de forma articulada com as esferas federal e estadual, observadas as normas gerais do SUAS, cabendo-lhe coordenar e executar os serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais em seu âmbito.</p> <p><b>Art. 10</b> - O órgão gestor da política de assistência social no Município de Indianópolis é a Secretaria Municipal de Assistência Social.</p> <p>§1º As ações ofertadas no âmbito do Sistema Municipal de Assistência Social têm por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.</p> <p>§ 2º O Sistema Municipal de Assistência Social de Indianópolis – Paraná é integrado pelo órgão gestor da política municipal de assistência social que é a Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo Conselho Municipal de Assistência Social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas por esta Lei.</p> <p><b>Art. 11</b> - O Sistema Único de Assistência Social no âmbito do Município de Indianópolis – Paraná organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:</p> <p>I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;</p> <p>II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.</p> <p>www.indianopolis.pr.gov.br</p>
<p><b>Parágrafo único.</b> A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território.</p> <p><b>Art. 12</b> - A proteção social básica compõe-se precipsuamente dos seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:</p> <p>I - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF;</p> <p>II - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV; e</p> <p>III - Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas;</p> <p><b>Parágrafo único.</b> O PAIF deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS.</p> <p><b>Art. 13</b> - A proteção social especial ofertará precipsuamente os seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:</p> <p>I - Proteção social especial de média complexidade:</p> <p>a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI;</p> <p>b) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade; e</p> <p>II - Serviço de Proteção Especial no Domicílio para Pessoas com Deficiência.</p> <p>www.indianopolis.pr.gov.br</p>	<p><b>Art. 14</b> - As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada serviço, programa ou projeto socioassistencial.</p> <p>§1º Para a vinculação ao SUAS, a entidade deverá cumprir os seguintes requisitos:</p> <p>I - constituir-se em conformidade com o disposto no art. 3º da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993;</p> <p>II - inscrever-se no Conselho Municipal de Assistência Social, na forma do art. 9º da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993;</p> <p>III - integrar o sistema de cadastro de entidades de que trata o inciso XI do art. 19 da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993.</p> <p>§ 2º As entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS poderão celebrar convênios, contratos, acordos ou ajustes com o órgão gestor da política municipal de assistência social para a execução, garantido financiamento de serviços, programas, projetos e ações de assistência social, nos limites da capacidade instalada, aos beneficiários abrangidos por esta Lei, observando-se as disponibilidades orçamentárias.</p> <p>§ 3º O cumprimento do disposto no parágrafo anterior será informado ao Conselho Municipal de Assistência Social pelo órgão gestor da política municipal de assistência social.</p> <p>§ 4º Considera-se rede socioassistencial o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante a articulação entre todas as unidades do SUAS.</p> <p>www.indianopolis.pr.gov.br</p>	<p>§ 5º A vinculação ao SUAS é o reconhecimento pela União, em colaboração com o Município, de que a entidade de assistência social integra a rede socioassistencial.</p> <p><b>Art. 15</b> - A proteção social básica, será ofertada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e a proteção social especial será ofertado pelo órgão gestor e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social de que trata o art. 3º desta Lei.</p> <p>§ 1º O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.</p> <p><b>Parágrafo único</b> - A instalação do CRAS deve ser compatível com os serviços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, assegurada a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência.</p> <p>§ 2º A Proteção Social Especial oferta serviços especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos. Seu papel no SUAS define, igualmente, seu papel na rede de atendimento.</p> <p><b>Art. 16</b> - Os recursos do cofinanciamento do SUAS, destinados à execução das ações continuadas de assistência social, poderão ser aplicados no pagamento dos profissionais que integram as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações.</p> <p>www.indianopolis.pr.gov.br</p>	<p><b>Parágrafo único.</b> A formação das equipes de referência deverá considerar o número de famílias e indivíduos referenciados, os tipos e modalidades de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários, conforme deliberações do CNAS.</p> <p><b>Art. 17</b> - As ações de assistência social, no âmbito das entidades e organizações de assistência social, observadas as normas expedidas pelos Conselhos de Assistência Social nas três esferas de governo.</p> <p><b>Art. 18</b> - O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social.</p> <p>§ 1º O Conselho Municipal de Assistência Social definirá os critérios de inscrição e funcionamento das entidades com atuação no município.</p> <p>§ 2º Cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social a fiscalização das entidades referidas no caput na forma prevista em lei ou regulamento.</p> <p>§ 3º As entidades e organizações de assistência social podem, para defesa de seus direitos referentes à inscrição e ao funcionamento, recorrer ao Conselho Estadual e/ou Nacional de Assistência Social.</p> <p><b>Art. 19</b> - Cabe ao órgão gestor da política municipal de assistência social a proposição dos critérios de partilha e as prioridades de atendimento, a serem aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> O Município pode celebrar convênios com entidades e organizações de assistência social, em</p> <p>www.indianopolis.pr.gov.br</p>
<p>conformidade com os Planos aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.</p> <p><b>Art. 20</b> - Compete ao Município por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social:</p> <p>I - destinar recursos financeiros, nos limites da Lei Orçamentária Anual, para custeio do pagamento dos benefícios eventuais, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social;</p> <p>II - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;</p> <p>III - prestar os serviços assistenciais de que trata o art. 9 desta lei;</p> <p>IV - cofinanciar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social; e</p> <p>V - realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> O órgão gestor da política municipal de assistência social será responsável pela formulação e execução da Política Municipal de Assistência Social, competindo-lhe:</p> <p>I - elaborar o Plano Municipal de Assistência Social e submetê-lo à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social;</p> <p>II - coordenar, articular e executar ações na área de assistência social;</p> <p>III - elaborar e encaminhar ao CMAS proposta orçamentária para a execução da Política Municipal de Assistência Social;</p> <p>IV - propor os critérios de transferência dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, em consonância com o Plano Municipal de Assistência Social;</p> <p>www.indianopolis.pr.gov.br</p>	<p>V - encaminhar à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social as prestações de contas de acordo com os critérios e períodos definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social e pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.</p> <p>VI - prestar assessoramento técnico às entidades e organizações de assistência social, nos termos desta lei;</p> <p>VII - buscar apoio nos governos estadual e federal para a qualificação sistêmica e continuada de recursos humanos para atuação no campo da assistência social;</p> <p>VIII - desenvolver estudos e pesquisas para fundamentar a análise de necessidades e formulação de proposições para a área;</p> <p>IX - coordenar, desburocratizar e manter atualizado o cadastro de entidades e organizações de assistência social no âmbito municipal;</p> <p>X - expedir atos normativos necessários à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social; e</p> <p>XI - elaborar e submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social os planos de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social.</p> <p><b>Art. 21</b> - O Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que contempla propostas para execução e o monitoramento da política de assistência social no âmbito do Município de Indianópolis – Paraná.</p> <p>§ 1º A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social dar-se a cada 4 (quatro) anos, coincidindo com a elaboração do Plano Plurianual e contemplará:</p> <p>I - diagnóstico socioterritorial;</p> <p>II - objetivos gerais e específicos;</p> <p>www.indianopolis.pr.gov.br</p>	<p>III - diretrizes e prioridades</p> <p>IV - ações estratégicas para sua implementação;</p> <p>V - metas estabelecidas;</p> <p>VI - resultados e impactos esperados;</p> <p>VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;</p> <p>VIII - mecanismos e fontes de financiamento;</p> <p>IX - indicadores de monitoramento e avaliação; e</p> <p>X - tempo de execução.</p> <p>§ 2º O Plano Municipal de Assistência Social além do estabelecido no parágrafo anterior deverá observar:</p> <p>I - as deliberações das conferências de assistência social;</p> <p>II - metas nacionais e estaduais pactuadas que expressem o compromisso para o aprimoramento do SUAS; e</p> <p>III - ações articuladas e intersectoriais;</p> <p><b>Art. 22</b> - O Conselho Municipal de Assistência Social é a instância deliberativa do Sistema Municipal de Assistência Social, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> O Conselho Municipal de Assistência Social estará vinculado ao órgão gestor de assistência social, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições.</p> <p>www.indianopolis.pr.gov.br</p>	<p><b>Capítulo IV</b> <b>DAS INSTÂNCIAS DE ARTICULAÇÃO, PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÃO DO SUASDO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b></p> <p><b>Art. 23</b> - Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social, órgão colegiado de caráter deliberativo permanente e de composição paritária, vinculada à estrutura do órgão da Administração Pública Municipal, responsável pela coordenação da Política Municipal da Assistência Social.</p> <p><b>Art. 24</b> - O Conselho Municipal de Assistência Social será composto paritariamente por 6 (seis) membros e respectivos suplentes, nomeados por ato do Prefeito Municipal, dentre os indicados pelos órgãos governamentais e pela assembleia das entidades da sociedade civil, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, sendo composto de 3(três) Representantes de órgãos Governamentais e 3(três) Representantes de órgãos Não Governamentais.</p> <p>§ 1º A eleição dos representantes não governamentais ocorrerá em foro próprio, coordenado pela sociedade civil, tendo como candidatos e/ou eleitores:</p> <p>I) representantes dos usuários ou de organizações de usuários da assistência social;</p> <p>II) representante de entidades e organizações de Assistência Social; e</p> <p>III) representantes de Trabalhadores do Setor.</p> <p><b>Art. 25</b> - O Conselho Municipal de Assistência Social elegerá o Presidente, o Vice-presidente e um Secretário entre seus pares, de forma paritária, com representação governamental, havendo alternância da Presidência a cada mandato.</p> <p>www.indianopolis.pr.gov.br</p>
<p><b>Art. 26</b> - Para a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social, o Prefeito Municipal observará os seguintes procedimentos:</p> <p>I - Os representantes da sociedade civil e respectivos suplentes eleitos em foro próprio.</p> <p>II - Os representantes do Poder Executivo serão escolhidos pelo Prefeito Municipal, dentre os titulares ou servidores das Secretarias Municipais.</p> <p><b>DA COMPETÊNCIA</b></p> <p><b>Art. 27</b> - Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:</p> <p>I - Estabelecer as prioridades da Política Municipal de Assistência Social, de acordo com as diretrizes gerais aprovadas na Conferência Municipal de Assistência Social;</p> <p>II - Atuar na formulação de estratégias e controle da execução da Política de assistência social do município;</p> <p>III - Inscrever e fiscalizar as instruções de assistência social atuantes no município;</p> <p>IV - Normalizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social;</p> <p>V - Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades governamentais do município;</p> <p>VI - Definir critérios de qualidades para funcionamento dos serviços de Assistência Social públicos e privados em âmbito municipal;</p> <p>VII - Apreciar e emitir parecer acerca da proposta orçamentária da Assistência Social a ser encaminhada pelo órgão da administração Pública Municipal responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social;</p> <p>www.indianopolis.pr.gov.br</p>	<p>VIII - Propor, aprovar e acompanhar a execução orçamentária da assistência social a ser encaminhada pelo órgão da administração Pública Municipal responsável pela coordenação da política municipal de assistência social;</p> <p>IX - Convocar e coordenar, a cada dois anos, ou, extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros a conferência municipal de assistência social;</p> <p>X - Propor a formulação de estudos e pesquisas com vistas a identificar situações relevantes e a qualidade dos serviços da assistência social;</p> <p>XI - Propor critérios para a celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as instituições assistenciais privadas que prestam serviços de assistência social no âmbito municipal;</p> <p>XII - Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos destinados a programas de assistência social, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;</p> <p>XIII - Acompanhar as condições de acesso da população usuária da assistência social, indicado as medidas pertinentes à correção de exclusões contrárias;</p> <p>XIV - Elaborar e aprovar seu Regimento Interno; e</p> <p>XV - Publicar no órgão oficial de divulgação do município suas resoluções administrativas, bem como as atas do Fundo Municipal de Assistência Social e os respectivos pareceres emitidos.</p> <p><b>DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO</b></p> <p><b>Art. 28</b> - O Conselho Municipal de Assistência Social possuirá a seguinte estrutura:</p> <p>I - Secretariado executivo, composto por Presidente, Vice-Presidente e Secretário;</p> <p>www.indianopolis.pr.gov.br</p>	<p>II - Comissões paritárias de assuntos específicos, constituídas por resolução do plenário;</p> <p>III - Plenário.</p> <p><b>Art. 29</b> - As reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social somente poderão ser realizadas com a presença mínima de 50% mais um dos seus membros, em primeira convocação, ou com número a ser definido em seu Regimento Interno, em segunda e terceira convocação.</p> <p><b>Art. 30</b> - O Conselho Municipal de Assistência Social instituirá seus atos através de resoluções aprovadas pela maioria dos seus membros.</p> <p><b>Art. 31</b> - Cada membro do Conselho Municipal de Assistência Social terá direito a um único voto na sessão plenária.</p> <p><b>Art. 32</b> - Todas as sessões do Conselho Municipal de Assistência Social serão públicas e procedidas de ampla divulgação.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> As resoluções do Conselho municipal de Assistência Social, bem como as temas tratados em plenário de diretoria e comissão, serão objetos de ampla e sistemática divulgação.</p> <p><b>Art. 33</b> - O Conselho Municipal de Assistência Social reunir-se-á ordinariamente a cada mês, e extraordinariamente, sempre que convocado por seu secretariado executivo ou por maioria de seus membros.</p> <p><b>Art. 34</b> - O regimento interno do Conselho Municipal de Assistência Social, a ser elaborado pela diretoria nos primeiros 30(trinta) dias de sua posse, fixará os prazos legais de convocação a fixação de pauta das sessões ordinárias e extraordinárias do Plenário, além dos</p> <p>www.indianopolis.pr.gov.br</p>	<p>demais dispositivos referentes as atribuições do Secretário Executivo, das Comissões e do Plenário e de um de seus membros.</p> <p><b>Art. 35</b> - O Executivo Municipal prestará o apoio necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social, através de seus recursos humanos, materiais, financeiros e estrutura física para o funcionamento regular do Conselho.</p> <p><b>Art. 36</b> - Para melhor desempenho de suas funções, o Conselho Municipal de Assistência Social poderá recorrer a pessoas e instituições, mediante os seguintes critérios:</p> <p>I - Consideram-se colaboradores do Conselho Municipal de Assistência Social as instituições formadas de recursos humanos para a assistência social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de assistência social, sem embargo de sua condição de membro;</p> <p>II - Poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o Conselho Municipal de Assistência Social em assuntos específicos.</p> <p><b>DO MANDATO DE CONSELHEIRO</b></p> <p><b>Art. 37</b> - Os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social serão nomeados por ato do Prefeito Municipal, conforme critérios instituídos nos artigos 24, 25 e 26 desta lei, para o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.</p> <p><b>Art. 38</b> - O exercício da função de conselheiro é considerado serviço público relevante e não será remunerado, sendo seu exercício prioritário e justificado às entidades a quaisquer outros serviços quando determinado seu comparecimento a sessões do Conselho ou participação em diligências autorizadas por estes.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> O pagamento das despesas com transporte, estadia e alimentação terá caráter de ressarcimento.</p> <p>www.indianopolis.pr.gov.br</p>
<p><b>Art. 39</b> - Os membros do Conselho Municipal de Assistência Social poderão ser substituídos, mediante solicitação da instituição ou autoridade pública à qual estejam vinculados, apresentada ao Conselho Municipal de Assistência Social, o qual fará comunicação do ato ao Prefeito Municipal.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Os membros representantes do Poder Executivo Municipal são demissíveis "ad nutum", por ato do Prefeito Municipal.</p> <p><b>Art. 40</b> - Perderá o mandato, o conselheiro que:</p> <p>I - Desvincular-se do órgão de origem da sua representação;</p> <p>II - Faltar a 03 (três) reuniões consecutivas, ou 5 (cinco) Intercaladas, sem justificativa, que deverá ser apresentada na forma prevista no Regimento Interno do Conselho;</p> <p>III - Apresentar renúncia ao Plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção da Secretaria do Conselho;</p> <p>IV - Apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;</p> <p>V - For condenado por sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> A substituição se dará por deliberação da maioria dos componentes do conselho, em procedimento iniciado mediante provocação de integrantes do Conselho Municipal de Assistência Social, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurando ampla defesa.</p> <p><b>Art. 41</b> - Nos casos de renúncias, impedimentos ou faltas, os membros efetivos do Conselho Municipal de Assistência</p> <p>www.indianopolis.pr.gov.br</p>	<p>Social serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes, exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos.</p> <p><b>Art. 42</b> - As entidades ou organizações representadas pelos conselheiros falecidos deverão ser comunicadas a partir da segunda falta consecutiva, ou quarta intercalada, através de correspondência do secretariado executivo do Conselho Municipal de Assistência Social.</p> <p><b>Art. 43</b> - Perderá o mandato, a instituição que:</p> <p>I - Extingir sua base territorial de atuação no município de Indianópolis - Paraná;</p> <p>II - Tiver constatado em seu funcionamento irregularidade de acentuada gravidade, que torne incompatível sua representação no Conselho Municipal;</p> <p>III - Sofrer penalidade administrativa reconhecidamente grave.</p> <p><b>Seção II</b> <b>DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b></p> <p><b>Art. 44</b> - Fica instituída a Conferência Municipal de Assistência Social, órgão colegiado de caráter deliberativo, composta por delegados representantes das instituições assistenciais, das organizações comunitárias, sindicais e profissionais do Município e do Poder Executivo, que se reunirá a cada 2 (dois) anos, sob a coordenação do Conselho Municipal de Assistência Social, mediante regimento interno próprio.</p> <p><b>Art. 45</b> - A Conferência Municipal de Assistência Social será convocada pelo Conselho Municipal de Assistência Social, no período de até 30 (trinta) dias anteriores à data, para eleição do conselho.</p> <p>www.indianopolis.pr.gov.br</p>	<p>§ 1º A convocação da Conferência será amplamente divulgada nos principais meios de comunicação do município.</p> <p><b>Art. 46</b> - Os delegados da Conferência Municipal de Assistência Social serão eleitos, mediante reuniões próprias das instituições, convocadas para este fim específico, sob a orientação do Conselho Municipal de Assistência Social, no período de até 30(trinta) dias anteriores à data da Conferência, sendo garantida a participação de 1 (um) representante/delegado de cada instituição/organização, com direito à voz e voto.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Somente serão aceitas as indicações do representante/delegado, quando credenciado junto ao CMAS no prazo de até 05(cinco) dias anteriores à realização da Conferência mediante expediente expresso e protocolado no referido Conselho.</p> <p><b>Art. 47</b> - O Poder Executivo poderá indicar em número de 6 (seis) seus representantes para a Conferência Municipal de Assistência Social através de ofício enviado ao CMAS no prazo de 5(cinco) dias anteriores a realização da Conferência.</p> <p>§1º Compete à Conferência Municipal de Assistência social:</p> <p>a) Avaliar a situação da Assistência Social no Município;</p> <p>b) Fixar as diretrizes gerais da política municipal de Assistência Social no biênio subsequente ao de sua realização;</p> <p>c) Eleger os representantes efetivos e suplentes da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social;</p> <p>d) Avaliar e reformular as decisões administrativas do Conselho Municipal de Assistência Social, quando provocada;</p> <p>e) Aprovar seu Regimento Interno;</p> <p>f) Aprovar e dar publicidade a suas resoluções, registradas em documento final.</p> <p>www.indianopolis.pr.gov.br</p>	<p><b>Art. 48</b> - O Regimento Interno da Conferência Municipal de Assistência Social disporá sobre a forma do processo eleitoral dos representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social.</p> <p><b>Seção III</b> <b>DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b></p> <p><b>Art. 49</b> - Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Municipal Social - FMAS, de duração indeterminada e natureza contábil, que será gerido sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social, e permanecerá vinculado ao órgão da administração pública responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência.</p> <p><b>Art. 50</b> - As receitas componentes do Fundo Municipal de Assistência Social serão provenientes de:</p> <p>I - Repasse do Fundo Nacional e Estadual de Assistência Social;</p> <p>II - Transferências do município;</p> <p>III - Receitas resultantes de doação da iniciativa privada, pessoas físicas ou jurídicas;</p> <p>IV - Transferência do Exterior;</p> <p>V - Dotações orçamentárias da União e dos Estados, consignadas especificamente para o atendimento ao disposto nesta lei;</p> <p>VI - Receitas de acordo e convênios;</p> <p>VII - Outras receitas;</p> <p>VIII - Rendimentos eventuais, inclusive de aplicação financeira de recursos disponíveis; e</p> <p>IX - Recursos provenientes de concursos de prognósticos, sorteios e loterias no âmbito do Governo Estadual.</p> <p>www.indianopolis.pr.gov.br</p>



